

ECONOMIA E DEMOGRAFIA NAS VIZINHANÇAS DA CAPITAL DE SÃO PAULO (ATIBAIA, 1799 - 1829)

Déborah Oliveira Martins dos Reis*

Resumo

Nossa atenção recai no processo de ocupação agrícola e no evoluir demo-econômico da localidade paulista de Atibaia, umas das localidades a compor o cinturão agrícola no entorno da capital de São Paulo. Privilegiamos o tema da agricultura de subsistência, tendo em vista que essa produção foi impulsionada e orientada com vistas ao auto-consumo e ao abastecimento de outros mercados, gerando considerável grau de mercantilização. São observados, em especial, aspectos relativos à posse de cativos, propriedade de terras, atividades produtivas e produção, no período de 1799 a 1829. Para tal, apoiamo-nos, em fontes documentais primárias constituídas, mormente, pelas listas nominativas de habitantes e pelo inventário de bens rústicos.

Introdução

Até recentemente, o entendimento da monocultura, grande propriedade e escravidão como elementos a definir e moldar a sociedade e a economia do Brasil colônia, dominava os trabalhos acadêmicos. Os historiadores dedicaram-se em grande medida ao estudo da *plantation* e conseqüentemente apresentaram “modelos explicativos” centrados no comércio exterior, em que a colônia portuguesa na América dedicava-se, quase exclusivamente, a produzir gêneros tropicais para o comércio europeu e era composta de duas classes principais: grandes senhores e escravos. Nesse contexto, o setor de subsistência e os indivíduos a ele ligados não aparecem de maneira unívoca e tendem a ser definidos de maneira residual, por não serem o núcleo estruturante da sociedade e da economia brasileira.

Em especial a partir dos anos de 1970, a validade dessas visões passou a ser questionada e a economia interna começou a ser abordada em diversos trabalhos publicados em fins da referida década e meados da década seguinte, e que têm se avolumado até os dias correntes. Essa historiografia mais recente, via de regra empírica e regional, tem sido capaz de revelar um mercado de víveres bem desenvolvido, com considerável grau de mercantilização e dinamização através do comércio local e/ou das articulações entre diferentes regiões; e a importância da parcela da população envolvida em atividades de subsistência, em especial, o elevado contingente de pequenos e médios lavradores que, além da mão-de-obra familiar, em muitos casos utilizavam regularmente o trabalho escravo (mormente em pequenos plantéis) e produziam visando ao comércio ou excedentes substanciais capazes de abastecer o mercado.

Ligado a essa nova vertente, o estudo apresentado, visa ao acompanhamento do processo de ocupação agrícola voltado a atividades de subsistência¹ na localidade paulista de Atibaia, no período de 1799 a 1829. Analisamos o evoluir econômico e, em menor monta, populacional da localidade em tela, seguindo por três aspectos inter-relacionados, e ao mesmo tempo passíveis de análises específicas: estrutura fundiária; mão-de-obra (trabalho livre e posse de escravos); mercado (atividades produtivas e produção). Contemplam-se, para tal, diferentes aspectos próprios dos indivíduos e da localidade estudada. Diferentes fontes documentais primárias são consideradas. O maior *corpus* documental é constituído pelas listas nominativas de habitantes, arquivadas no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) às quais se somam, em especial, o inventário de bens rústicos e, residualmente, os mapas de comércio.²

Localizada a cerca de 60 km ao norte da cidade de São Paulo, na atual zona fisiográfica da Mantiqueira, a hoje cidade de Atibaia começou a receber população na segunda metade do século XVII. Segundo diferentes autores – Martins (1940), Silveira (1950), Marcílio (1973), Conti (2001) – Jerônimo de Camargo fundou a cidade nesse período (início da década de 1660). Junto ao rio conhecido pelos nativos como “Tubaia” ou “Atubaia” (cujo significado, do tupi-guarani, é “água agradável ao paladar” ou “manancial saudável”), acabou por fixar-se fundando a primeira fazenda da localidade, provavelmente criadora de gado, e tendo construído ali capela dedicada a São João Batista. Aos poucos a região começou a receber maior fluxo migratório, e em 1679, a então capela de São João Batista passou a capela curada, contando com padre “próprio”.

A partir daí, a evolução administrativa da localidade foi marcada pela elevação à condição de freguesia em 13 de agosto de 1747, com o nome de distrito de São João de Atibaia, pertencente ao bispado de Paratininga; e à condição de vila em junho de 1769 - sendo o novo município instalado em 5 de novembro do dito ano, quando se desmembrou do município de São Paulo, ao qual estava submetida até então.³ O foro de cidade foi dado a Atibaia em 22 de abril de 1864 (lei

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLLCH-USP). O presente estudo apresenta considerações iniciais de pesquisa mais ampla em andamento no âmbito do pós-graduação. A autora agradece ao CNPq pelo auxílio financeiro ao trabalho.

¹ Incluímos sob a definição de atividades de subsistência a produção voltada ao auto-consumo, assim como aquela realizada com vistas ao mercado (abastecimento) interno.

² As listas nominativas ou maços de população são recenseamentos anuais, em que encontramos, grosso modo, dados como nomes dos indivíduos residentes no fogo (inclusive escravos), condição, naturalidade, estado conjugal e idade. Para os chefes de domicílio eram apontadas as ocupações econômicas realizadas. Os inventários de bens rústico, também conhecidos como inventários de terras, estão arquivados no AESP com o título de “Tombamento” e correspondem a um cadastramento das propriedades rurais realizado para 40 localidades da Capitania de São Paulo nos anos 1817-1818, realizado em cumprimento ao Aviso Régio de 21/10/1817, em função da política de desenvolvimento agrícola de D. João VI. Neles encontramos, por bairros, a relação das propriedades existentes nas localidades, suas divisas e medidas e seus proprietários, assim como, em alguns casos, a forma de aquisição e escravos existentes na propriedade. Mapas de comércio são quadros com informações (preço, quantidades, origem/destino) dos bens importados e exportados pela localidade.

³ A nova vila e município, além do distrito próprio de Atibaia, possuía os distritos de Nazaré e Jaguari (atual Bragança Paulista), igualmente povoados primitivamente em fins do século XVII, e também desmembrados de São Paulo. Jaguari

provincial n° 26), sendo a cidade reconhecida simplesmente como Atibaia desde dezembro de 1905 (lei estadual n° 975).

Desde o início Atibaia foi essencialmente agrícola, com produção típica de gêneros de subsistência. Havia plantações de feijão, algodão, cana (para aguardente), amendoim, milho, arroz, trigo etc. Eram criados gado vacum e porcos, cujo toucinho foi importante na economia local. Além de se produzir para consumo no próprio município, sua proximidade com a cidade de São Paulo fez com que fosse um importante centro abastecedor da capital, sendo que

[...] suas colheitas de feijão, de milho vendiam-se diariamente no mercado paulistano, complementadas com o toucinho, a aguardente, o tecido de algodão feito no recinto doméstico, a farinha de mandioca. Estes produtos constituíam cerca de 95% do valor da exportação global das vilas de Atibaia e Bragança (com sua freguesia de Nazaré) (CANABRAVA, 1972, p.85)

De acordo com Conti (2001, vol.2, p.11), uma das riquezas do município em fins do século XVIII e meados do XIX foi o comércio de muares, realizado entre localidades da região e outras mais distantes, situadas em Minas Gerais, Paraná “e até Rio Grande do Sul”. Mas não só muares iam para outras capitanias/províncias. Em ordem enviada aos Juizes de Atibaia por D.Luís Antonio de Souza (Morgado de Mateus) em março de 1773 o caráter comercial da produção de subsistência atibaiense e sua ligação com outros mercados podem ser verificados:

Por esta recomendação a V. Meces.Façam hir dessa Villa e seus arredores mantimentos p. a Villa de Santos, porquanto se acham lá quatro companhias de 100 homens cada hua, vindas do Rio de Janeiro e aquela terra há falta de mantimentos e precizão tem aquem. comprar seu sustento (Apud CONTI, 2001, vol. 2, p.29)

Em outro documento enviado por D. Luis de Souza, verificamos as mesmas questões, agora com relação à capitania mineira, no ano de 1775. Atibaia encontrava-se em um dos 3 caminhos paulistas seguindo rumo às Minas; o referido caminho seguia por Atibaia, Bragança, Extrema, serra da Mantiqueira e Vale do Camanducaia (cf. Zemella, 1990, pp.115-116) :

Porquanto nesta cidade [São Paulo- DOMR] há falta de trigo para o sustento dos seus moradores e me consta que nos distritos de São João de Atibaya e Jaguary, onde se cultivava a maior abundância desse gênero, tem havido muitos atravessadores que em prejuízo dos naturais dessa capitania comprão aos lavradores os trigos de suas fábricas e os estão passando para a capitania de Minas Gerais ficando esta cidade na mayor consternação por não haver mais partes d’onde possa ser provida [...] (Apud CONTI, 2001, vol 2, pp.29-30)

Em regra, a produção atibaiense, assim como de outras áreas limítrofes a São Paulo também caracterizadas pela economia de subsistência, utilizou-se do trabalho escravo em pequenas posses. A população da região não sofreu grandes mudanças desde o fim do século XVIII e primeiras

tornou-se vila independente já em 1797, quando passou a chamar-se Vila Nova de Bragança e Nazaré permaneceu sob a jurisdição de Atibaia até 1850.

décadas do século XIX, demonstrando baixo crescimento (cf. CANABRAVA, 1972 e LUNA,1998). “A participação dos escravos na população manteve-se estável e baixa, sendo de apenas 17,3% em 1829; a porcentagem de fogos com escravos manteve-se também estável ao redor de 20%, variando a média de escravo por fogo ao redor de 1,0.” (LUNA, 1998, p.108)

Escravistas e posse de escravos

O documento mais antigo selecionado para este estudo é datado em 1799. A esse tempo, após quase 150 anos do povoamento inicial de suas terras, Atibaia havia passado por progressiva modificação no conjunto de atribuições ligadas à sua organização, já sendo reconhecida como vila. Ao longo desse período as bases das suas atividades produtivas já estavam plenamente estabelecidas e eram responsáveis pela fixação na localidade de um contingente populacional de 4162 indivíduos entre livres e cativos. A partir daí a população manteve-se praticamente estável, atingindo o máximo de 4233 pessoas em 1816, posteriormente decrescendo para chegar ao final da segunda década do Oitocentos com 3310 indivíduos, uma queda de 20,5% com relação ao nosso ponto de partida.

Esse movimento foi acompanhado pelo número de fogos, mas não pelo número de escravos que, apesar do decréscimo na população elevou-se a 1022 indivíduos em 1829, respondendo por praticamente 31% dos habitantes de Atibaia (entre 1808 e 1812 esse percentual havia sido cerca de 23%).

Apesar do percentual minoritário, porém considerável de cativos na população de Atibaia, do conjunto dos livres pequena parcela estava diretamente ligada a esses indivíduos através da posse. Em 1799, 72,3% dos domicílios da localidade não eram escravistas, em 1812 estes constituíam 74% e 8 anos depois 68,1% dos chefes de fogo declararam possuir cativos.

Para o grupo de escravistas, mostrados na Tabela 1 encontramos maioria de homens, seguindo tendência esperada e encontrada para a totalidade dos chefes de fogo, cuja grande maioria era composta por indivíduos do sexo masculino (cabendo à mulher esse posto, majoritariamente quando viúvas). Mas note-se, a proporção de sexos para os senhores de escravos era ainda mais acentuada que para o total dos chefes de fogo. Em 1799 a razão de sexo calculada foi de 440 homens para cada 100 mulheres entre os chefes de domicílio, enquanto esse indicador era alçado a 612,5 entre os escravistas; encontramos ao final do período (1829) uma relação de sexos menos acentuada, no entanto, com a mesma tendência: razão de sexo de 346,4 para chefes de fogo e 468,2 para escravistas.

Gráfico 1
Evolução da população total, número de escravos e números de fogos
(Atibaia, 1799-1829)

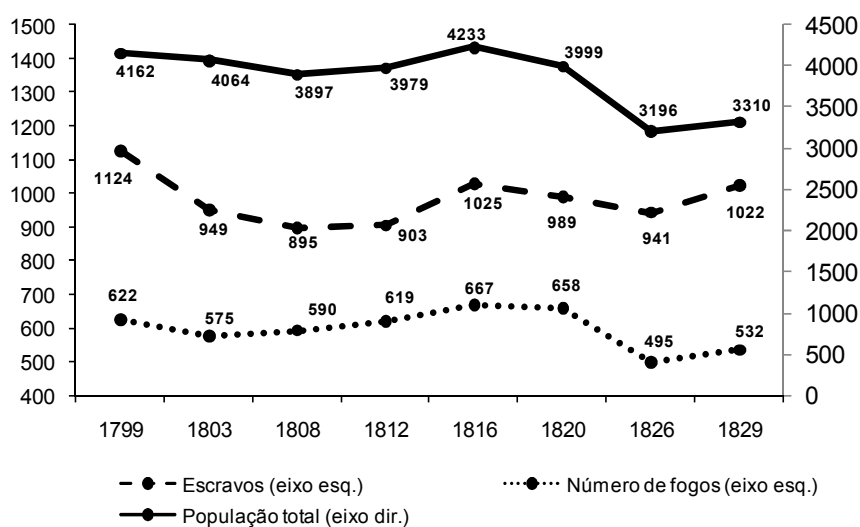


Tabela 1
Sexo e idade dos chefes de fogo e escravistas
(Atibaia, 1799-1829)

	1799		1803		1808		1812	
	Total de fogos	Escravistas	Total de fogos	Escravistas	Total de fogos	Escravistas	Total de fogos	Escravistas
Homens (%)	80,5	86,0	81,0	83,2	80,8	79,2	81,9	82,6
Mulheres (%)	19,5	14,0	19,0	16,8	19,2	20,8	18,1	17,4
Razão de sexo	414,0	612,5	426,3	495,2	421,2	380,8	425,5	474,7
Média de idade	42,68	45,86	42,86	44,56	42,75	44,52	42,40	46,12
Idade mínima	16	19	17	18	17	18	16	18
Idade máxima	103	90	90	89	91	81	88	84
	1816		1820		1826		1829	
	Total de fogos	Escravistas	Total de fogos	Escravistas	Total de fogos	Escravistas	Total de fogos	Escravistas
Homens (%)	78,6	84,0	77,4	79,5	77,6	82,9	77,6	82,4
Mulheres (%)	21,4	16,0	22,6	20,5	22,4	17,1	22,4	17,6
Razão de sexo	367,3	525,0	342,5	387,8	346,4	484,8	346,4	468,2
Média de idade	45,49	43,21	43,21	50,08	41,63	45,16	42,23	45,31
Idade mínima	17	17	17	21	15	15	17	17
Idade máxima	90	84	86	85	96	96	83	83

Fonte: AESP, Maços de População, Atibaia: 1799,1803, 1808, 1812, 1816, 1820, 1826, 1829

Ou seja, era essencialmente masculina a parcela da população possuidora de cativos – embora as mulheres tivessem, como filhas e/ou casadas, acesso a esses indivíduos. Decerto mulheres tinham maiores dificuldades em iniciar ou manter sozinhas uma escravaria.

Os valores encontrados, atestando uma grande maioria de escravistas homens, repetiam-se em outras regiões brasileiras, e também nas demais regiões de São Paulo, em maior ou menor

intensidade, como têm demonstrado diversos trabalhos sobre estrutura da posse de cativos. Valor bastante próximo ao nosso número para Atibaia foi apresentado por Luna (1998). As listas nominativas de 25 localidades paulistas, divididas em 5 regiões, estudadas pelo autor para o período 1777-1829 apontaram um percentual de cerca de 80% de escravistas do sexo masculino, “situação verificada sem alterações importantes no tempo e no espaço”. (LUNA, 1998, p.112). A idade média dos escravistas estava pouco acima dos 40 anos, sendo encontrados escravistas e chefes de fogo com um mínimo de 15 anos de idade.

A Tabela 2 mostra o padrão de distribuição de escravos e senhores de acordo com faixas de tamanho dos plantéis. Ao verificar o peso dos segmentos de plantéis pequenos (considerados aqueles plantéis com a 1 a 5 cativos), médios (6 a 10), grandes (11 a 20) e muito grandes (acima de 20), percebemos o predomínio, na Atibaia, de um escravismo de pequenos e médios proprietários.

Verificamos a presença majoritária de pequenos plantéis (até 5 cativos) para a totalidade dos anos observados. A distribuição não mostra uma mudança significativa durante as décadas. Passou-se, segundo os dados apresentados, de 61,6% de plantéis de até 5 escravos, no ano de 1799, para cerca de 67,3% em 1808, ano com maior participação desse segmento.

Tabela 2
Distribuição de escravistas e escravos de acordo com faixas de tamanho dos plantéis
(Atibaia, 1799-1829)

FTP	1799				1803				1808			
	Escravistas		Escravos		Escravistas		Escravos		Escravistas		Escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 a 5	106	61,6	275	24,5	105	62,9	259	27,3	107	67,3	260	29,1
6 a 10	39	22,7	298	26,5	41	24,6	312	32,9	30	18,9	230	25,7
11 a 20	19	11,0	263	23,4	16	9,6	232	24,4	17	10,7	242	27,0
Acima 20	8	4,7	288	25,6	5	3,0	146	15,4	5	3,1	163	18,2
Total	172	100,0	1124	100,0	167	100,0	949	100,0	159	100,0	895	100,0

FTP	1812				1816				1820			
	Escravistas		Escravos		Escravistas		Escravos		Escravistas		Escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 a 5	102	63,4	239	26,5	112	64,0	283	27,6	100	60,2	247	25,0
6 a 10	38	23,6	283	31,3	36	20,6	268	26,1	41	24,7	304	30,7
11 a 20	16	9,9	227	25,1	22	12,6	321	31,3	19	11,4	266	26,9
Acima 20	5	3,1	154	17,1	5	2,9	153	14,9	6	3,6	172	17,4
Total	161	100,0	903	100,0	175	100,0	1025	100,0	166	100,0	989	100,0

FTP	1826				1829			
	Escravistas		Escravos		Escravistas		Escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 a 5	101	63,9	248	26,4	96	60,4	242	23,7
6 a 10	33	20,9	255	24,4	31	19,5	223	21,8
11 a 20	17	10,8	234	22,4	28	17,6	403	39,4
Acima 20	6	3,8	204	19,5	4	2,5	154	15,1
Total	157	100,0	941	100,0	159	100,0	1022	100,0

Fonte: AESP, Maços de População, Atibaia: 1799, 1803, 1808, 1812, 1816, 1820, 1826, 1829

Por sua vez, os cativos estavam em grande proporção vivendo em pequenos e médios plantéis. Em 1799 e nas décadas iniciais do Oitocentos, à exceção de 1829 – em que 54,5% dos escravos estavam em plantéis considerados grandes ou muito grandes, possivelmente devido ao fato de um único domicílio arrolar 62 escravos, representando 6,1% do total dos cativos arrolados nesse ano – não menos de 50% dos cativos estavam em pequenas e médias posses consideradas conjuntamente.

Essa constatação implica em uma concentração não muito acentuada dos escravos encontrados na localidade ao longo das décadas, entre os escravistas. O índice de Gini (que mede a concentração da escravaria) considerado apenas para os domicílios com cativos foi de 0,54 em 1799, a partir de então, tal índice estabilizou-se no período 1803-1829, em torno do patamar de 0,50. Abarcando todos os fogos, o Gini também apresenta-se estável ao longo do tempo, porém com valores em torno de 0,80, indicando uma elevada concentração dos cativos na sociedade com um todo e evidenciando uma certa rigidez da concentração desses escravos entre os atibaíenses.

As constatações feitas acerca da estrutura da posse de cativos em Atibaia estão próximas às verificadas para várias regiões por diferentes autores, ou seja, era em grande medida semelhante, no que respeita à predominância de pequenos plantéis, à distribuição encontrada em outras localidades. Os estudos empíricos sobre o tema têm apontado para uma predominância numérica de proprietários de pequenos plantéis entre o total de senhores e para uma posse difundida para além da *plantation*, em economias regionais voltadas para a produção de subsistência, como ocorre em Atibaia.

Enfim se, como sabido, panos de fundo socioeconômicos distintos podem dar suporte a populações cujas estruturas demográficas apresentam perfis estatísticos em boa medida semelhantes, este é o caso do padrão de distribuição da propriedade escrava no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Nesse padrão figuravam, de forma inequívoca, vale a pena repisar, como escravista majoritário, o que possuía poucos cativos, e, como escravo típico, o que vivia fora do ambiente característico da *plantation*. Estes os traços delineadores da estrutura da posse de escravos mais saliente do escravismo brasileiro. (MOTTA, NOZOE & COSTA, 2004, pp.209-210)

Outras estatísticas descritivas podem ser utilizadas para evidenciar os resultados apontados. O número médio de escravos calculado para os proprietários de cativos apresentou-se sempre acima da mediana e da moda, evidenciando que poucos proprietários possuíam muitos escravos, o que manteve elevada a média encontrada com relação às outras estatísticas de posição. As menores médias de escravos por proprietário ocorreram entre 1803 e 1812 (5,6); a maior média foi encontrada em 1829 (6,4). A moda predominante situou-se em 4, e a mediana foi 1, valores que caem a 0, considerados todos os chefes de fogo.

Mesmo em posses de pequena monta, os cativos constituíam importantes braços na produção, sendo sua presença parte fundamental da mão-de-obra no cerne da economia da localidade, a agropecuária de subsistência.

Atividades produtivas

O perfil da posse de escravos verificado reflete as atividades econômicas desempenhadas pelos atibaíenses em fins do Setecentos e primeiras décadas do Oitocentos. Dessa forma, longe de se destacar por grandes plantéis, a posse de cativos em Atibaia foi fruto da produção de subsistência desenvolvida que teve, como não poderia ser diferente, importante papel na economia local, sendo responsável pela absorção de cativos – principalmente em plantéis de tamanho reduzido –, empregados quer em atividades de auto-subsistência, quer em propriedades com capacidade de produzir excedentes (ou objetivamente) para suprir o núcleo urbano da própria localidade ou de outras localidades mais distantes.

Os mapas de comércio apontam que Atibaia manteve, ao longo do período considerado, relações comerciais com Minas Gerais, São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Curitiba, para onde enviava parte da produção realizada em seus domicílios. De acordo com os mapas eram enviados para fora da localidade, com pequenas variações ao longo do tempo, milho, feijão, aguardente, toucinho, arroz, farinha, algodão e vacum. Esses produtos foram identificados nas listas nominativas que, em menores proporções, descreviam também amendoim, trigo, cana, mandioca, café, mamona e fumo, não mencionados na pauta exportacionista atibaíense.

Assim, os maços de população de 1799 a 1929 evidenciam para Atibaia o grande contingente populacional ligado ao setor agricultura. Na Tabela 3, são mostrados os principais setores em que podemos classificar as atividades econômicas arroladas para os chefes de fogo da localidade ao longo dos anos.

Consideramos a ocupação realizada pelo chefe como a atividade principal do fogo, mesmo sabendo que, muito provavelmente, atividades diversas eram desenvolvidas concomitantemente por outros membros do domicílio, em especial mulheres, bastante ligadas ao artesanato, em atividades como fiação e costura e ainda outros serviços domésticos diversos.⁴ Nos censos analisados, as atividades desempenhadas pelos demais membros do fogo foram bastante sub-especificadas. Nenhum cônjuge ou escravo teve sua atividade descrita. A quase totalidade das poucas descrições encontradas refere-se a algum agregado, parente (irmão, sobrinho, neto) e, majoritariamente, filho, ligado às forças militares, fortemente presentes na localidade.

⁴ Em regra, as mulheres cujas atividades produtivas foram declaradas eram chefes de fogo viúvas. Isso subestima consideravelmente a importância de fiandeiras, tecedeiras, rendeiras, costureiras na divisão do trabalho atibaíense. Sendo essas produções tipicamente femininas, com grandes possibilidades de comercialização. Como observou Libby (1997, pp.120-121) para Minas Gerais: “[...] a população feminina tanto livre quanto escrava, representava um segmento subutilizado da força de trabalho, que poderia ser alocado à produção têxtil destinada ao atendimento das necessidades da subsistência ou ao aproveitamento das oportunidades de mercado que emergiam. Esta noção de que as mulheres eram fonte relativamente subutilizada de mão-de-obra, ou um segmento da força de trabalho mais direcionado ao suprimento de necessidades imediatas, empresta uma certa flexibilidade à mulher trabalhadora e não equivale à marginalidade. [...] É óbvio que, ao ocupar os braços ociosos de mulheres e ao eliminar a necessidade de comprar tecidos no mercado, a produção doméstica era bastante compatível com o esquema da chamada agricultura de subsistência.” Justificável é, porém, a não menção nas listas a atividades domésticas.

Destaca-se, entre os anos considerados, 1799, por apresentar distribuição de ocupações bastante afastadas daquelas encontradas nas 3 primeiras décadas da centúria posterior, principalmente no que tange às atividades diversificadas, ligadas ao núcleo urbano como magistratura e profissionais liberais e artesãos. Cerca de 70% dos fogos estavam vinculados, como atividade principal, à criação e/ou cultivos diversos, sendo diminuta a participação de outras atividades, que não atividades distintas, sob a denominação “múltiplos setores”.

Não parece ser absurdo pensar esse elevado percentual como reflexo do importante comércio com as Minas, mantido ao longo de todo o Setecentos, pois estava Atibaia, como adiantado, em um dos caminhos que pra lá seguiam. Enquanto na região da Minas era densa a população ligada aos centros urbanos, em Atibaia a população espalhava-se por uma miríade de propriedades – espalhadas, mas nem por isso isoladas – ligadas à produção de produtos agropecuários de subsistência, passíveis de serem negociados em outros mercados,

Nos demais anos, a grande preponderância foi também de fogos ligados à agricultura, mais da metade dos domicílios ao longo das décadas, tendo estes acentuado sua participação particularmente nos anos de 1812 e 1816: 62% e 58,9%, respectivamente. Sob a rubrica Agricultura encontramos lavradores, criadores e indivíduos ligados à pesca e à administração dos empreendimentos agrícolas. Dentre aqueles ligados a diferentes cultivos, destacam-se os identificados como lavradores ou lavradores para seu sustento. Os lavradores anotados como “para seu sustento” declaram-se nesses termos nas listas, enquanto os demais declaram suas produções e/ou produtos negociados, não sendo possível identificarmos uma tendência clara ao longo dos anos para a relação entre esses lavradores.

Tabela 3
Distribuição dos fogos por setores de atividade econômica
(Atibaia, 1799-1829)

Setor	1779 % (Nº)	1803 % (Nº)	1808 % (Nº)	1812 % (Nº)	1816 % (Nº)	1820 % (Nº)	1826 % (Nº)	1829 % (Nº)
Agricultura	70,3 (370)	53,8 (264)	52,7 (256)	62,0 (335)	58,9 (348)	54,4 (318)	56,7 (238)	54,7 (255)
Artesanato	1,7 (9)	10,0 (49)	10,5 (51)	7,4 (40)	7,3 (43)	9,2 (54)	10,5 (44)	11,4 (53)
Igreja	0,2 (1)	0,4 (2)	0,8 (4)	0,6 (3)	0,5 (3)	0,3 (2)	0,5 (2)	0,2 (1)
Magistratura	-	0,4 (2)	0,4 (2)	0,2 (1)	0,3 (2)	0,5 (3)	0,5 (2)	0,2 (1)
Profissões liberais	-	0,2 (1)	-	-	0,3 (2)	0,7 (4)	0,5 (2)	0,2 (1)
Rentistas	-	0,4 (2)	0,2 (1)	-	-	0,2 (1)	0,2 (1)	0,2 (1)
Comércio	1,5 (8)	1,0 (5)	2,1 (10)	2,8 (15)	1,5 (9)	1,5 (9)	3,3 (14)	2,6 (12)
Transporte	0,2 (1)	1,8 (9)	1,2 (6)	0,4 (2)	0,8 (5)	1,2 (7)	0,5 (2)	3,0 (14)
Corpo militar	2,3 (12)	2,4 (12)	2,9 (14)	0,7 (4)	1,2 (7)	1,4 (8)	0,7 (3)	0,2 (1)
Jornaleiros	1,9 (10)	11,2 (55)	8,0 (39)	6,9 (37)	3,4 (20)	11,8 (69)	9,3 (39)	9,9 (46)
Outras (não-classificadas)	1,3 (7)	-	-	-	2,0 (12)	-	-	0,2 (1)
Múltiplos setores	20,6 (108)	18,5 (91)	21,2 (103)	19,1 (103)	23,7 (140)	18,8 (110)	17,6 (74)	17,2 (80)
Total	100,0 (526)	100,0 (492)	100,0 (486)	100,0 (540)	100,0 (591)	100,0 (585)	100,0 (420)	100 (466)

Exclusive pobres, indigentes e chefes de fogo sem ocupação declarada

Fontes: AESP, Maços de População, Atibaia: 1779, 1803, 1808, 1812, 1816, 1820, 1826, 1829

Apesar de empregarem reduzida parcela dos atibaenses, entre 1803 e 1829, as atividades vinculadas diretamente à vida urbana, indispensáveis ao funcionamento da localidade, decorrentes ou não da agricultura, eram diversificadas: pessoas ligadas aos setores igreja (párocos e padres, presentes na localidade desde a vinda, ainda no séc. XVII, do padre Mateus Nunes, um dos primeiros povoadores locais), magistratura (tabeliães, escrivães, alcaides, meirinhos, em que pese a ausência nas listas de um juiz local, cuja primeira nomeação ocorreu, vide a historiografia citada na seção introdutória, na década de 1760), profissionais liberais (músicos e, em especial, indivíduos ligados à advocacia).

Conjuntamente essas atividades representavam 0,6% dos fogos em 1829 e o máximo de 1,5% nos anos 1820 e 1826. Ou seja, nas três primeiras décadas do Oitocentos, em pouco modificou-se o peso relativo do núcleo urbano da vila de Atibaia, que continuou intimamente ligada à agropecuária.⁵

Acrescendo a essas atividades o comércio, outro setor passível de compor a área urbana, o percentual expande-se. Negociantes, vendeiros e taberneiros – e ainda negociantes de animais, certamente a mais itinerante dentre as atividades de comércio –, respondiam por 1% das ocupações principais dos domicílios em 1803, percentual elevado a 2,1% em 1808 e 2,8% em 1812; variando nos demais anos entre 1,5% (1816 e 1820), 2,6% (1829) e 3,3% em 1826.

É possível que as casas comerciais da localidade fossem, em sua maioria, pequenos e médios estabelecimentos, voltados para a venda de produtos da terra e responsáveis por intermediar o consumo de produtos importados de outras regiões (como o sal, por exemplo). Dado o número de fogos envolvidos no comércio, o número de casas comerciais durante todo o período considerado era pequeno, visto que uma unidade comercial poderia atender a grande número de famílias e parte importante do comércio local era realizada nas próprias unidades produtivas, as fazendas e sítios atibaenses.⁶

O artesanato – diversas atividades realizadas por trabalhadores especializados, ligados à fiação e tecelagem, à carpintaria, à confecção de vestimentas e sapatos, a construção, entre outros –, consolidou-se a partir de 1803: 10% dos fogos. Em 1808 a ocorrência de artesãos foi de 10,5%, percentual que reduziu-se a cerca de 7,5% em 1812 e 1816, concomitantemente com uma elevação no percentual de fogos vinculados à agricultura e um decréscimo daqueles domicílios chefiados por jornaleiros.

⁵ Como acontecia em outras localidades brasileiras, conforme apontaram diversos viajantes que passaram pelo nosso território, os moradores de Atibaia deveriam passar a maior parte de seu tempo em seus sítios e fazendas, onde desenvolviam suas atividades produtivas, dirigindo-se ao núcleo da vila para assistirem à missa ou para atividades festivas.

⁶ Nas listas nominativas havia menção à venda da produção “na terra”. Em 1816, por exemplo foram 34 transações desse tipo descritas.

Nos 3 anos posteriores os chefes artesãos eram encontrados em 9,2%, 10,5% e 11,4% dos fogos, respectivamente. Merecem destaque as fiadeiras, cuja ocorrência variou de 32,1% (1829) a 65,3% (1803) daqueles domicílios vinculados às atividades artesanais. Encontramos em Atibaia importante participação de jornaleiros, indivíduos assalariados, diaristas sem especialização ou profissão definida. Em 1803 e 1820 essas pessoas compunham o segundo setor único mais importante, respondendo por mais de 11% dos fogos, percentual bastante considerável. Em 1816, no entanto, esse percentual foi de apenas 2,3%.

Provavelmente essas variações representem modificações no mercado regional para os principais produtos da localidade, fazendo com que os distintos setores econômicos se mostrassem mais ou menos atrativos.

Parcela importante dos fogos atibaenses estavam vinculados ao que chamamos de múltiplos setores, ou seja, mais de uma atividade principal foi relacionada a esses fogos. Devido à própria estrutura econômica, parcela considerável dos habitantes da localidade tinha alguma ocupação para além da tradicional agropecuária de mantimentos. A maior ocorrência deu-se em 1816 (23,7%) e a menor em 1829 (17,2%).

As diferentes ocupações encontradas para um mesmo fogo nem sempre seguiam uma seqüência lógica, havia uma complexidade de relações entre diferentes tipos de ocupação. Havia tabelião que administrava fazenda, dono de negócio que era também alfaiate e plantava cana, fiadeira-negociante, músico-vendeiro, soldado que se dedicava à criação de porcos, alferes-sapateiro, entre inúmeras outras situações. Fogos em que foram identificadas essas atividades múltiplas apresentaram uma composição ocupacional mais próxima do que deveria ser a realidade da maioria dos domicílios, pois certamente essas atividades não eram realizadas ao mesmo tempo por uma só pessoa, apesar de descreverem o chefe de fogo.

A agropecuária, dado seu caráter de auto-consumo e/ou mercado, representou uma das atividades mais propensas à conjugação com outras. Ainda que esse setor tenha apresentado uma tendência decrescente ao longo dos anos. Em 1799 eram 97,2% dos 108 fogos em múltiplas ocupações. E não menos de 70% (1829) dos fogos com ocupação múltipla tinha como uma dessas ocupações a criação de animais ou cultivos diversos. O auto-consumo deveria predominar, funcionando de forma subsidiária, a complementar as demais atividades desenvolvidas, tais como negociantes, jornaleiros, alfaiates, fiadeiras, pressupondo o abastecimento da família com sua própria produção.

Assim como a agropecuária, o corpo militar apresentou participação significativa na conjugação com outros setores (percentual mínimo de 65,7% referente aos 140 fogos com múltiplas ocupações em 1816). A obrigatoriedade do trabalho militar eleva a representação desses indivíduos, já que, na prática a maioria dos componentes do corpo militar contava com rendas provenientes de

outro serviços, pois eram raros aqueles que podiam viver com seus soldos de tropa paga.⁷ Ademais, a carreira militar quando paga, era considerada mal paga (ainda que usufrísse de prestígio). Assim, as pessoas que não se vinculavam a ocupações diversas como o comércio ou a agricultura, predominante na localidade, haveriam de “viver na indigência”, pois os militares pagos passavam “mediocrementemente com os seus soldos”, sendo reputados como “homens sem estabelecimento”. (cf. SILVA, 2005, p.236)

Isso explica a presença de soldados pagos que exerciam outras atividades – o que certamente deveria ser facilitado em tempos de paz –, como encontramos nos anos de 1808 a 1826. Tomemos, como exemplo, o ano 1812, em que Manoel Joaquim de Oliveira Buenno, então casado e com 45 anos de idade, além de soldado pago plantou milho e feijão e vendeu 15 capados.

Propriedade de terras, escravos e produção

As características das atividades produtivas e da posse de escravos em Atibaia estavam intimamente ligadas ao padrão de propriedade de terras. No período considerado em nosso trabalho, o único documento a arrolar as propriedades e os proprietários de terra foi o Cadastramento dos bens rústicos, com a “relação dos sítios e terras” para o ano 1818. No início do século XIX, mostra essa documentação, a estrutura fundiária da Capitania de São Paulo era bastante concentrada. Seja no conjunto da área – Gini igual a 0,86, com 70,23% das propriedades nas mãos de 5% dos proprietários com das maiores porções de terra – seja considerando diferenciações regionais: 0,69 na região da Capital (onde encontramos Atibaia), 0,92 na região fortemente vinculada à pecuária, 0,82 no Vale do Paraíba, 0,88 a 0,90 ao longo do litoral e 0,82 na região açucareira. (cf. CANABRAVA, 1972)

Foram descritas no tombamento atibaiense 246 propriedades, para 2 delas não foi mencionada a área. O perfil de repartição da terra em Atibaia (Tabela 4) segue o padrão da região econômica onde está localizada. Uma elevada concentração de terras foi encontrada, representada por um índice de Gini de 0,65, revelando pequenos proprietários ao lado de poucos proprietários com propriedades mais extensas. Cerca de 49% das propriedades tinham até 50 alqueires, mas conjuntamente não alçavam a 8% do total da área rural da localidade, enquanto 3 indivíduos dividiam uma área 0,6 vezes maior: 3375 alqueires paulistas, equivalente a 12,4% de toda a área

⁷ Os contemporâneos já notavam a necessidade dessa duplicidade de funções, em que, se tratando de serviço não remunerado, as outras atividades econômicas desenvolvidas eram a principal, como comentou Lobo Saldanha em 1776: “O serem os capitães de Auxiliares negociantes é assim forçoso em quase todo o Brasil, especialmente nesta capitania (São Paulo - DOMR), onde uns são mercadores, outros traficantes, outros tropeiros, outros condutores, e poucos serão os isentos desses manejos.” (SALDANHA, apud SILVA, 2005, p.241) Ou décadas depois, já no século XIX (1815), encontramos: “[...] Mas de qualquer modo que se arranjem as Tropas Milicianas, seja qual for a sua organização é da maior necessidade que elas tenham alguma disciplina, aquela que se pode exigir de Milicianos que não tem soldo e que devem não ser muito distraídos de suas lavouras e de seus negócios [...]” (TOLEDO, apud MELO, 1982)

apresentada no tombamento. O tamanho de área mais comumente encontrado foi de 113 alqueires, sendo a área média total de 111,3.

Tabela 4
Distribuição das propriedades de acordo com faixas de tamanho
(Atibaia, 1818)

Tamanho das propriedades *	% (Número)	Área* % (total)	Área média	Área modal
0 - 50	48,8 (119)	7,7 (2089,35)	17,6	30
50,1 - 100	18,0 (44)	10,6 (2885,53)	65,6	60
100,1 - 300	24,2 (59)	35,8 (9718,05)	164,7	113
300,1 - 500	5,3 (13)	17,9 (4855,50)	373,5	337,5
500,1 - 1000	2,5 (6)	15,6 (4230,00)	705,0	600
1000,1 ou mais	1,2 (3)	12,4 (3375,00)	1125,0	1012,5
Total	100,0 (244)	100,0 (27153,40)	111,3	113

* Em alqueires paulistas, exclusive 2 propriedades com áreas não explicitadas
Fonte: AESP, Inventário de Bens Rústicos, Atibaia:1818

Os indicadores de concentração da terra não deixam dúvidas no que respeita à desigualdade na apropriação, mas ela era diferenciada também segundo o número de escravos possuídos, é dizer, existia uma ligação evidente entre a presença ou não de cativos no arrolamento e o tamanho das propriedades, conforme mostram as Tabelas 5 e 6.

As propriedades de menores dimensões quase não empregavam escravos, quadro que modifica-se na medida em que observamos propriedades de maior vulto. Entre as propriedades de até 50 alqueires 76,5% não empregavam cativos. Já nos estratos de 100,1 a 300 e 300,1 a 500 alqueires considerados conjuntamente 66,7% contavam com essa mão-de-obra, restando 33,3% de propriedades sem a presença desses indivíduos. A média de escravos listados também crescia com o aumento da área considerada. Passando de 4,5 para as menores propriedades a 11 para as propriedades de pelo menos 1000 alqueires. Chama a atenção a média de 21,2 escravos na faixa de 500,1 a 1000 alqueires, valor devido à presença de uma propriedade de 900 alqueires pertencente a Lucas de Siqueira Franco, em que estão empregados 35 escravos. E duas propriedades com 675 alqueires que empregavam 21 e 22 cativos. A primeira, localizada no bairro de Itapetinga pertencia a Josefa Rodrigues da Cunha e seus herdeiros⁸ e a segunda a Jerônimo Godois Moreira.

Claramente desigual era a distribuição da terra entre propriedades com e sem escravos. As 106 propriedades que empregavam trabalho compulsório detinham 67,7% da área rural atibaense, as 138 propriedades restantes ocupavam uma área de apenas 8782,85 alqueires paulistas (32,3%). Dos proprietários sem escravos, quase 66% detinham terras de até 50 alqueires, enquanto para as

⁸ Josefa e seus herdeiros receberam as terras por herança. Em 1816 localizamos na lista nominativa Josefa, então com 59 anos, casada com Angelo Franco Correa, então com 71 anos e possuidor naquela ocasião de 36 escravos. Entre 1816 e 1818 Angelo deve ter falecido, legando terras e escravos à mulher e aos filhos José (15) e Gertrudes (19), possivelmente os herdeiros a que o arrolamento se refere.

terras com cativos esse percentual baixava a 26,4%, sendo considerável os 35,8% relativos ao número de propriedades com 100,1 a 300 alqueires, que entre aquelas terras sem escravos era de 15,2%.

Tabela 5
Distribuição das faixas de tamanho das propriedades entre propriedades com e sem escravos (Atibaia, 1818)

Tamanho das propriedades *	Propriedades com escravos**			Propriedades sem escravos**	
	% (Número)	Área* % (total)	Média	% (Número)	Área* % (total)
0 - 50	23,5 (28)	36,1 (753,5)	4,5	76,5 (91)	63,9 (1335,85)
50,1 - 100	52,3 (23)	51,9 (1496,98)	4,5	47,7 (21)	48,1 (1388,55)
100,1 - 300	64,4 (38)	69,3 (6734,6)	6,8	35,6 (21)	30,7 (2983,45)
300,1 - 500	76,9 (10)	76,8 (3730,5)	9,8	23,1 (3)	23,2 (1125)
500,1 - 1000	83,3 (5)	85,8 (3630)	21,2	16,7 (1)	14,2 (600)
1000,1 ou mais	66,7 (2)	60,0 (2025)	11,0	33,3 (1)	40,0 (1350)
Total	43,4 (106)	67,7 (18370,58)	6,7	32,3 (138)	100,0 (8782,85)

Para número e área total soma-se 100% em cada linha

* Em alqueires paulistas

** Exclusive 1 propriedade com área não explicitada

Fonte: AESP, Inventário de Bens Rústicos, Atibaia:1818

Tabela 6
Distribuição das propriedades com e sem escravos de acordo com faixas de tamanho (Atibaia, 1818)

Tamanho das propriedades *	Propriedades com escravos**		Propriedades sem escravos**	
	% (Número)	Área* % (total)	% (Número)	Área* % (total)
0 - 50	26,4 (28)	4,1 (753,5)	65,9 (91)	15,2 (1335,85)
50,1 - 100	21,7 (23)	8,1 (1496,98)	15,2 (21)	15,8 (1388,55)
100,1 - 300	35,8 (38)	36,7 (6734,6)	15,2 (21)	34,0(2983,45)
300,1 - 500	9,4 (10)	20,3 (3730,5)	2,2 (3)	12,8 (1125)
500,1 - 1000	4,7 (5)	19,8 (3630)	0,7 (1)	6,8 (600)
1000,1 ou mais	1,9 (2)	11,0 (2025)	0,7 (1)	15,4 (1350)
Total	100,0 (106)	100,0 (18370,58)	100,0 (138)	100,0 (8782,85)

* Em alqueires paulistas

*** Exclusive 1 propriedade com área não explicitada

Fonte: AESP, Inventário de Bens Rústicos, Atibaia:1818

Mas em Atibaia nem todos os indivíduos proprietários de escravos e/ou ligados à agropecuária possuíam terras. Observando todas as propriedades registradas no tombamento de 1818 (no total de 246), verificamos para cerca de 44% delas menção à presença de cativos, ou seja, cujos proprietários declararam recorrer à lide escrava para a sua produção agrícola. O total de 715 escravos arrolados, no entanto, é bastante inferior à quantidade encontrada nas listas nominativas. Considerando os anos 1816 e 1820, anos para os quais possuímos dados mais próximos à realização do censo de terras, o número total de cativos foi de 1025 e 989 respectivamente (vide Gráfico 1 e

Tabela 2). Aventamos a possibilidade de que muitos donos de escravos não eram proprietários de terras.⁹

Essa questão deve ser especialmente válida para aqueles possuidores de uma menor escravaria. Os escravos adquiridos pelos pequenos proprietários, em muitos casos, possivelmente objetivavam complementar a mão-de-obra doméstica. Possuir escravos poderia estar relacionado à ação conjunta de necessidades econômicas e demandas sociais. Uma parte dos escravos adquiridos seria destinada às atividades agropastoris da localidade, mas outra atenderia a tipos distintos de atividades, como serviços pessoais, por exemplo. De uma maneira geral, possivelmente nas atividades artesanais os escravos poderiam estar ligados à própria produção; no comércio urbano, poderiam ser utilizados em diversos tipos de atividades como carregamento de mercadorias ou atendimento nas lojas – o que não os liga necessariamente à terra.

Da mesma maneira, as propriedades arroladas no tombamento representam tão somente 36,9% do total de fogos listados na lista nominativa de 1816 e 37,4% na lista de 1820. Se considerarmos apenas aqueles fogos ligados exclusivamente ao setor agricultura, esses percentuais elevam-se a 70,7% e 77,4%, mas ainda assim indicam importante presença de lavradores sem terras próprias. Estamos diante, então, de um grande contingente populacional que vivia e mantinha sua atividades produtiva principal em terras de outrem, havendo imóveis rurais com vários domicílios em seus domínios.

Olhando mais de perto os dados, conforme apresentado na Tabela 7, podemos unir as informações de ambos os documentos e estabelecer uma aproximação para a composição dos fogos de Atibaia no que respeita à posse de terras e de escravos. Havia indivíduos sem terras e sem escravos, sem terras e com escravos, sem escravos mas proprietários de terras e alguns atibaienses detinham terras e escravos.

O maior percentual era devido àquela parcela de chefes de fogo sem terras e sem escravos, em torno de 53%. É dizer, parcela majoritária da população da localidade em tela contava com trabalho familiar, eventualmente de agregados, para produzir, e o fazia em terras que não eram de sua propriedade, como anotado anteriormente. Conjuntamente com outros cerca de 21% dos fogos, situados em terras próprias, mas que também utilizavam trabalho familiar, esses domicílios deveriam responder por grande parte daqueles arrolados nas listas nominativas como pobres e lavradores para seu sustento.

⁹ Poderíamos supor também que foram mencionados no tombamento apenas escravos em idade produtiva, ou seja, crianças e idosos não foram listados. Mas esse não é o caso, pois se eliminando escravos de até 14 anos e acima de 60 da listas nominativas de 1816 e 1820, o número desses indivíduos ainda é superior ao encontrado no Tombamento. Essa diferença pode dever-se também ao fato de que os escravos referidos nesse tombamento não são o total possuído, mas sim aqueles efetivamente empregados na lide agropecuária, porém, as divergências com relação ao número de escravos encontrados na listas e no tombamento, quando observados casos específicos são pequenas.

Tabela 7
Fogos de acordo com as variáveis terras e escravos
(Atibaia, 1816-1818-1820)

	1816	1818	1820
Número total de propriedades rurais		246	
Número (%) de propriedades rurais com escravos		107 (43,9%)	
Número total de escravos no tombamento de terras		715	
Número total de fogos	667		658
Número (%) de fogos com escravos	175 (26,2%)		166 (25,2%)
Número total de escravos na lista nominativa	1025		989
% de fogos com terras	36,90%		37,40%
% de chefes de fogo com terras e escravos	16,0%		16,3%
% de chefes de fogo sem terras e com escravos	10,2%		9,0%
% de chefes de fogo com terra e sem escravos	20,8%		21,1%
% de chefes de fogo sem terras e sem escravos	52,9%		53,6%

Fontes: AESP, Inventário de Bens Rústicos, Atibaia:1818 e AESP, Maços de População, Atibaia: 1816,1820

Os chefes de fogo com terras e escravos, eram 16% do total e possivelmente representavam a parcela mais abastada da sociedade local. Possuíam escravos, o bem mais valioso naquele tempo e terras, que embora apresentassem, *a priori*, baixo valor monetário, este poderia ser aumentado em função da presença de benfeitorias ou de uma possível expansão da produção comercial.¹⁰

Mas, se não os mais abastados, decerto esses proprietários de terras e de escravos eram aqueles que tinham maiores chances de ligação com o mercado. A posse de escravos representava uma evidente vantagem nas possibilidades de produção para os senhores comparativamente aos indivíduos sem cativos – a mão-de-obra era fator determinante na produção tendo em vista ser reduzida a presença de maquinários e ferramentas mecanizadas. Possuir terras em que a mão-de-obra cativa disponível pudesse trabalhar, alargaria ainda mais esse possível vínculo com mercado, fazendo com que a produção, ainda que de produtos característicos ao abastecimento interno, fosse efetivamente voltada a outros mercados, e não apenas baseado nos prováveis excedentes gerados.

Essa possibilidade fazia com que esses proprietários partissem de uma dotação inicial mais favorável à acumulação via mercado e, portanto, de maiores facilidades na compra de escravos e terras adicionais e/ou mais extensas.

Havia em Atibaia um importante mercado de terras. O inventário de bens rústicos revela que 63,8% das propriedades cuja forma de apropriação pudemos identificar (174 ao todo) foram adquiridas por compra, ou seja, transações mediante pagamento. Por exemplo, “José dos S^{tos} tem

¹⁰ Estudos utilizando inventários *post-mortem* para diversas regiões brasileiras têm demonstrado que parte substancial das riquezas individuais era composta por cativos, que chegavam a superar os valores das terras declaradas (bens imóveis). Vide, por exemplo, a localidade mineira de Araxá, assim como Atibaia ligada à agropecuária de subsistência para auto-consumo e mercado em Reis (2005).

hum sítio donde mora de nome Taipa, e possui por compra [...]” Essa proporção se mantém elevada considerando-se a área como referência: 72,4%.

As compras foram seguidas pelas heranças (28,1%), e as demais formas de apropriação da terra – doações, sesmarias e combinações entre 2 ou mais formas – foram pouco representativas.

Embora importantes, as heranças respondiam por 15,5% das terras atibaienses, resultado relacionado com o tamanho médio das propriedades adquiridas. A área média das terras possuídas por compra era de 135,9 alqueires, enquanto entre aquelas provenientes de heranças era de apenas 65,7 alqueires paulistas. Em regra, as propriedades negociadas tinham 112,5 alqueires, sendo de 18 alqueires moda para a área das propriedades herdadas.

Em ambos os casos as menores propriedades tinham 0,2 alqueires, um tamanho bastante reduzido que, consideradas as condições de produção da época, devia ser insuficiente para prover todo o sustento de uma unidade familiar, especialmente se mais numerosa. Warren Dean (1977, apud RANGEL, 1998, p.359), aponta que para uma família de 6 pessoas prover adequadamente a sua subsistência seria necessária uma área de 40 ha, o equivalente a 16,53 alqueires paulistas.

As diferenças no tamanho médio das propriedades eram dadas, então, pelo extremo superior da distribuição. Francisco Manoel do Espírito Santo possuía 1350 alqueires por compra, enquanto a já referida Josefa Rodrigues da Cunha, juntamente com seus filhos, herdou 675 alqueires, que quando efetivamente partilhados reduziria ainda mais as propriedades.

A compra e venda de propriedades rurais tão significativas, em parte surpreende, pois até 1822, quando o instituto das sesmarias foi revogado, essa era a forma legal de apropriação das terras públicas no Brasil e convivia, em especial, com heranças, doações, dotes. Isto posto, as terras tinham pouco valor monetário.

Gutiérrez (2001, p.228), utilizando-se do inventário de bens rústicos para estudar o Paraná, aponta que o mercado de terras “Foi talvez o canal encontrado por quem não tinha os meios nem o acesso necessário para requerer sesmarias e, de quem tinha os meios, a forma encontrada de angariar um capital loteando a sesmaria recebida graciosamente e solicitando outra em seguida.” Podemos acrescentar a estas proposições, considerações no sentido de que grande parte das sesmarias da localidade foram distribuídas ainda no Setecentos, sendo legadas em parte menores a distintos herdeiros que nem sempre mantinham as propriedades desses pedaços de terra, vendendo-as, inclusive a outros herdeiros.

O cruzamento dos dados da lista nominativa com o inventário de bens rústicos permitiu realizar outras inferências, acrescentando à análise da relação entre terras e escravos, ainda que de maneira simplista, a temática das ocupações produtivas anteriormente explorada. O tombamento foi cruzado com a lista de 1816 para que pudéssemos localizar indivíduos nos dois documentos. No

entanto, algumas pessoas relacionadas no documento de 1818 não foram encontradas na lista nominativa e outras apresentaram homônimos, dificultando a identificação.

Foram localizados 153 proprietários de terras, sendo que 12 possuíam 2 terras e 1 dos proprietários, Nicolau Soares de Pugas, destaca-se por declarar 10 propriedades. Os proprietários de terras identificados respondiam por 174 propriedades, 70,7% das propriedades arroladas.

As ocupações foram declaradas para 143 indivíduos e, como esperado, esses proprietários de terras estavam majoritariamente ligados ao setor agricultura: 62,9%. Havia considerável percentual de chefes de fogo ligados a múltiplos setores, 32,9% (47 pessoas), mas destes 35 tinham o setor agricultura como uma das atividades desenvolvidas, conjugada, em especial com cargos militares, conforme anotado em seção anterior. Quatro indivíduos declaram-se apenas como “pobre”

Entre aqueles arrolados no setor agricultura, 26 (28,9%) declararam ser lavradores para seu sustento. Entre eles, 19 proprietários tinham terras de até 100 alqueires, 18 não possuíam escravos e 13 eram proprietários de terras até 100 alqueires e não possuíam escravos. Logo, 50% dos lavradores “para seu passar” enquadram-se no padrão de proprietários de pequenas áreas de terra, não escravistas. A média de escravos foi de 1,3 se consideramos o tombamento e 1,8 se observamos a lista nominativa de 1816.

Para os demais agricultores a média de escravos, nos 2 documentos foi de 2,5. Poucos desses indivíduos explicitaram o destino de sua produção, 5 indivíduos mencionaram explicitamente a venda milho, 6 de feijão e 4 de farinha. No entanto, as quantidades produzidas indicam a possibilidade de aceder ao mercado.

Como adiantado, milho, feijão e algodão pertenciam à pauta de exportações atibaiense, além de serem consumidos e comercializados localmente. Observamos então (Tabela 8) algumas características dessas produções para os proprietários de terras de nossa amostra, acrescentando à análise os capados (provedor do toucinho, também enviado a outros mercados). O milho foi produzido por 65 chefes de fogo, com uma média de 249,1 alqueires por produtor. Quem produziu a menor quantidade foi responsável por 2 alqueires e quem mais produziu atingiu o montante de 1000 alqueires.

Visivelmente as características da produção dos escravistas mostram maiores quantidades que aquelas atingidas por não escravistas. A média para a produção de milho foi de 361 alqueires para escravistas, contra 98,6 para não escravistas; com modas respectivamente de 500 e 30 alqueires. A moda dos escravistas corresponde ao limite de produção dos não escravistas.

Análise semelhante podemos levar a cabo para a produção de feijão, e para a produção de capados: propriedades escravistas com maiores possibilidade de produção. Os senhores de escravos produziram em média 20 alqueires de feijão, enquanto os não possuidores de cativos produziram

em média 10,7 alqueires. A produção modal de capados foi de 10 e 8 animais, para indivíduos diretamente ligados e não ligados à escravidão.

Embora não tenhamos uma estatística acerca da quantidade média consumida por unidade domiciliar (inclusive em função do número de residentes), estes valores parecem apontar para a possibilidade de comercialização da produção. Tomemos alguns exemplos: José de Araujo Chaves vendeu na cidade 20 alqueires de feijão, enquanto José de Siqueira Prado colheu 3 alqueires de feijão para seu passar. José Joaquim do Amaral colheu 400 alqueires de milho e vendeu 150, enquanto a quantidade de milho vendida por Ignácio Franco foi de 20 alqueires. Ou seja, as quantidades passíveis de negociação são bem inferiores às quantidades colhidas e produzidas pelos atibaenses aqui considerados, em especial os escravistas, mesmo considerando que parte dela era consumida no próprio fogo.

Tabela 8
Estatísticas para a produção de acordo com propriedades com e sem escravos
(Atibaia, 1816/1818)

Produção	Propriedades com escravos*						Propriedades sem escravos*					
	Número	Média	Moda	Mediana	Mínimo	Máximo	Número	Média	Moda	Mediana	Mínimo	Máximo
Milho (alqueires)	35	361,0	500	300	250	1000	29	98,6	30	60	2	500
Feijão (alqueires)	35	20,1	10	15	4	100	22	10,7	6	8	3	50
Algodão (arrobas)	1	1,0	1	1	1	1	1	8,0	8	8	8	8
Capados (unidades)	14	24,1	10	18	3	69	6	6,8	5	7	2	10

Produção	Todos os produtores					
	Número	Média	Moda	Mediana	Mínimo	Máximo
Milho (alqueires)	65	249,1	200	200	2	1000
Feijão (alqueires)	58	16,6	10	12	3	100
Algodão (arrobas)	2	4,5	1	4,5	1	8
Capados (unidades)	20	19,4	10	13	2	69

* Excluído 8 propriedades sem escravos, cujos proprietários apareciam com escravistas em 1816
Fontes: AESP, Inventário de Bens Rústicos, Atibaia:1818 e AESP, Maços de População, Atibaia: 1816

Sabendo, como adiantado, que os a posse de escravos estava diretamente ligada ao tamanho das propriedades, corroboramos a relação entre possibilidades de produção e posse de escravos e terras.

Considerações Finais

Desde os primórdios do seu povoamento, na segunda metade do século XVII, Atibaia manteve imutável, como base de sua economia, a agropecuária de subsistência, por vezes intensificando-se sua faceta mercantil. A ampliação e diversificação do núcleo urbano da localidade, a partir do início do Oitocentos não modificou as características da localidade no que tange a uma miríade de propriedades espalhadas, mas não isoladas, cuja produção era capaz de suprir o mercado local e outros mais distantes, em especial, com produtos como milho, feijão e toucinho, entre outros. Assim, a tentativa de reconstituição da estrutura ocupacional da localidade

acabou por mostrar um setor agrícola de inegável predominância, ao qual estavam ligados ao menos 80% dos fogos locais ao longo do período 1799 a 1829.

Esse quadro econômico foi capaz de fixar uma população que se manteve relativamente estável, em torno de 4000 habitantes, mas em cujo número foi crescente a participação percentual dos cativos, que apesar de relativamente modestos na composição populacional local – responderam por não mais que 31% dos atibaenses –, não podem ser menosprezados, ligados que estavam com a terra e com as atividades nelas desenvolvidas. Encontrados especialmente em plantéis de pequeno/médio porte (até 10 indivíduos) e de posse de homens – ainda que as mulheres tivessem acesso a eles na posição de filhas ou esposas –, os escravos representavam diferenciações importantes nas possibilidades de produção, acumulação, propriedade de terras.

As terras de Atibaia estavam nas mãos de vários pequenos proprietários, que conviviam com poucos proprietários de terras mais extensas e que representavam parcela majoritária do total da área da localidade, sendo a área média calculada em 111,3. Propriedades mais reduzidas, de até 50 alqueires, quase não contavam com escravos, concentrados, mormente, em propriedades de maior vulto, refletindo uma desigual distribuição da terra entre senhores de escravos e proprietários sem cativos.

Mas nem todos os donos de escravos tinham vínculos de posse com a terra, sendo muitos deles identificados como lavradores. Compunham-se os domicílios atibaenses de chefes de fogo sem terras e sem escravos, sem terras e com escravos, sem escravos mas com terras e alguns detentores de terras e escravos. Proprietários de ambos os ativos (terras e escravos) representavam, em regra, parcela mais abastada da população.

Mas, se não os mais abastados, decerto esses proprietários de terras e de escravos eram aqueles que tinham maiores chances de ligação com o mercado, posto que cativos representavam evidente vantagem nas possibilidades de produção, na presença reduzida de técnicas avançadas de produção característica período. A produção dos escravistas eram maiores que aquelas atingidas por não escravistas (a média para a produção de milho, por exemplo, foi de 361 alqueires para escravistas, contra 98,6 para não escravistas em 1816). Partiam, também, esses indivíduos de uma dotação inicial mais favorável à acumulação via mercado e, portanto, detinham maiores facilidades na compra de escravos e terras adicionais e/ou mais extensas – a compra era forma principal de apropriação da terra na localidade –, numa cadeia circular.

Referências Bibliográficas

CANABRAVA, Alice Piffer. A Repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos* 6(2):77-129. 1972.

- CONTI, João Batista. *História de Atibaia*. 2 vol. Prefeitura da Estância de Atibaia. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Atibaia/ Editora Grosse: 2001.
- GUTIÉRREZ, Horacio. A Estrutura fundiária no Paraná antes da imigração. *Estudos de História*. Franca, 8(2): 209-231, 2001.
- LIBBY, Douglas C. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final dos século XVIII: Novas evidências de Minas Gerais. *Estudos Econômicos* 27 (1): 97-125, jan/abr. 1997
- LUNA, Francisco Vidal . São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). *Estudos Econômicos*. São Paulo, 28(1): 99-169, jan/mar. 1998.
- LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1973.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucite/Edusp, 2000.
- MARTINS, Nelson Silveira. *Atibaia: o paraíso possível na terra*. São Paulo: Mario M Ponzini, 1940.
- MELO, Edilberto de Oliveira. *Raízes do militarismo paulista*. São Paulo: Imprensa. Oficial do Estado, 1982.
- MOTTA, José Flávio, NOZOE, Nelson & COSTA, Iraci del N. da. Às vésperas da abolição – um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. *Estudos Econômicos* 34: 157-213, jan./mar, 2004.
- RANGEL, Armênio de Souza. Dilemas da Historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. *Estudos Econômicos* 28(2): 351-368, abr./jun, 1998.
- REIS, Déborah O. Martins dos. *Teres e Deveres, o evolver da riqueza em Araxá: a economia de uma localidade mineira com base em inventários post-mortem, 1776-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. Imprenta São Paulo: UNESP, 2005
- SILVEIRA, Waldomiro Franco da. *História de Atibaia*. São Paulo: [s.n.], 1950
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990